

São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda.

Demonstrações Financeiras do Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Diretores da
São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda.
Ribeirão Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Operadora mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas contratualmente. Nossa opinião não está ressalvada por esse assunto.

Demonstrações financeiras apresentadas para fins comparativos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo naquela estão impactadas pela incorporação do Hospital São Francisco S/E Ltda., aprovada em 2 de março de 2016, com base no acervo líquido levantado em 31 de dezembro de 2015. Conseqüentemente, a comparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 com 31 de dezembro de 2015, deve levar em consideração esse fato. Nossa opinião não está ressalvada por esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

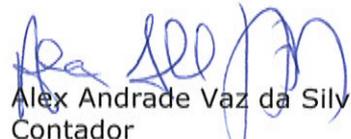
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2016		31/12/2015		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2016		31/12/2015	
CIRCULANTE		224.096	144.348			CIRCULANTE		184.959	111.395		
Disponível		11.934	11.058			Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		127.925	98.677		
Realizável		212.162	133.290			Provisão de contraprestação não ganha (PCNG)	12	60.758	38.825		
Aplicações financeiras	3	87.980	65.200			Provisão de eventos a liquidar para o SUS	14	13.283	6.887		
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		54.203	43.799			Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	13	19.658	9.770		
Aplicações não vinculadas		33.777	21.401			Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais - partes relacionadas	19	6.098	10.999		
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4	101.574	64.235			Provisões de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	12	28.128	32.196		
Contraprestação pecuniária a receber		101.177	63.155			Débitos de operações de assistência à saúde		2.178	181		
Partes relacionadas - contraprestação pecuniária a receber	19	397	1.080			Comercialização sobre operações		188	181		
Créditos a receber de prestação de serviços	5	9.796	-			Outros débitos de operações de assistência à saúde		1.990	-		
Créditos tributários e previdenciários	6	1.964	143			Tributos e contribuições a recolher	15	8.694	4.060		
Bens e títulos a receber	7	10.848	3.712			Empréstimos e financiamentos a pagar	17	1.850	1.268		
						Débitos diversos	16	38.581	6.488		
NÃO CIRCULANTE		75.435	29.010			Partes relacionadas - débitos diversos	19	5.731	721		
Realizável a longo prazo		12.080	6.073					15.592	6.064		
Ativo fiscal diferido	25	5.947	1.662			NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais e fiscais	9	6.133	4.411			Provisão para remissão	14	1.981	228		
Investimento em controladas	8	10.517	-			Provisão de eventos a liquidar para SUS	14	2.219	1.056		
Imobilizado	10	28.497	10.583			Provisões para ações judiciais	18	7.923	4.203		
Imobilizado de uso próprio - hospitalares		5.830	779			Empréstimos e financiamentos a pagar	17	1.565	-		
Imobilizado de uso próprio - não hospitalares		9.663	3.649			Outros débitos	16	1.904	577		
Imobilizações em curso		4.610	2.044					98.980	55.899		
Outras imobilizações - hospitalares		8.394	4.111			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20				
Intangível	11	24.341	12.354			Capital social		91.552	21.672		
						Reserva de lucros		7.428	34.227		
TOTAL DO ATIVO		299.531	173.358			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		299.531	173.358		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
Contraprestações líquidas	21	924.512	490.068
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		954.136	497.942
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(29.624)	(7.874)
Eventos indenizáveis líquidos		(732.487)	(383.007)
Eventos conhecidos ou avisados	22	(736.556)	(375.016)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		4.069	(7.991)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		192.025	107.061
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		621	188
Outras receitas operacionais		14.469	237
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(3.739)	(2.070)
Provisão para perdas sobre créditos		(12.878)	(2.733)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		(13.190)	(5.995)
Outras receitas e despesas		1.809	-
Resultado bruto		179.117	96.688
Despesas de comercialização	23	(10.887)	(5.789)
Despesas administrativas	23	(119.168)	(76.060)
Resultado financeiro	24	10.945	3.357
Receitas financeiras		16.600	9.212
Despesas financeiras		(5.655)	(5.855)
Resultado antes dos impostos		60.007	18.196
Correntes:	25		
Imposto de renda corrente		(18.178)	(4.155)
Contribuição social corrente		(6.508)	(1.541)
Diferidos:	25		
Imposto de renda diferido		2.055	(430)
Contribuição social diferida		740	(155)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		38.116	11.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.116	11.915
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>38.116</u>	<u>11.915</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		16.452	22.312	-	38.764
Integralização de capital em espécie	18 (a)	5.220	-	-	5.220
Lucro líquido do exercício		-	-	11.915	11.915
Complemento da reserva de lucro		-	11.915	(11.915)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		21.672	34.227	-	55.899
Integralização de capital - incorporação HSF	20.a	5.231	7.092	-	12.323
Integralização de capital em espécie	20.a	55.314	-	-	55.314
Integralização de capital por meio de cotas em investimentos	20.a	9.335	-	-	9.335
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	20.b	-	(41.319)	-	(41.319)
Lucro líquido do exercício		-	-	38.116	38.116
Distribuição de lucros do exercício	20.b	-	(1.734)	(28.954)	(30.688)
Complemento da reserva de lucros		-	9.162	(9.162)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		91.552	7.428	-	98.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de planos de saúde	832.892	532.208
Outros recebimentos operacionais	227.991	6.349
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(632.600)	(404.818)
Pagamento de comissões	(9.003)	(4.087)
Pagamento de pessoal	(70.226)	(15.499)
Pagamento de "pro labore"	(213)	-
Pagamento de serviços de terceiros	(71.879)	(37.284)
Pagamento de tributos	(114.288)	(30.379)
Pagamento de aluguel	(10.952)	(2.425)
Pagamento de promoção/publicidade	(635)	(112)
Aplicações financeiras	(16.722)	(10.445)
Outros pagamentos operacionais	(89.617)	(9.287)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>44.748</u>	<u>24.221</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(7.199)	(7.452)
Disponível e aplicações não vinculadas incorporado	1.495	-
Aquisição de carteira de clientes	(4.476)	(2.226)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(10.180)</u>	<u>(9.678)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de amortização - financiamentos	(5.599)	(3.122)
Integralização de capital	(15.717)	5.220
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(21.316)</u>	<u>2.098</u>
AUMENTO EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	<u>13.252</u>	<u>16.641</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS		
Disponível e aplicação não vinculadas no fim do exercício	45.711	32.459
Disponível e aplicação não vinculadas no início do exercício	32.459	15.817
AUMENTO EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	<u>13.252</u>	<u>16.642</u>
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		
	38.116	11.915
Depreciação e amortização	8.463	3.770
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Variação das aplicações vinculadas a provisões técnicas	(16.722)	(10.445)
Variação de créditos das operações com planos de assistência à saúde	(47.135)	(10.412)
Variação dos bens e títulos a receber	(7.137)	273
Variação de depósitos judiciais e fiscais	(3.543)	(907)
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	28.284	22.281
Variação dos tributos e encargos a recolher	4.634	2.252
Variação dos débitos diversos	39.788	5.494
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>44.748</u>	<u>24.221</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE S/E LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. ("Operadora"), sediada em Ribeirão Preto - SP, tem como objetivo a administração, assessoria, implantação e comercialização de sistemas e planos de saúde individuais, familiares e coletivos, por meios de execução próprios ou mediante contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados e de reembolso de despesas médicas, odontológicas, hospitalares e ambulatoriais a seus beneficiários; o atendimento médico ambulatorial; e a organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação. A Operadora possui destaque no setor sucroalcooleiro. Já são mais de 60 usinas protegidas pelos planos de assistência à saúde.

A Operadora atende rigorosamente às exigências da Lei nº 9.656/98 e possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 30.209-1.

Com o objetivo de obter agilidade operacional, qualidade no atendimento e eficiência fiscal e, conseqüentemente, reduzir custos assistenciais, esforços de regulação, auditoria médica e faturamento hospitalar, houve uma reestruturação do grupo econômico, e a sociedade Hospital São Francisco S/E Ltda. ("Hospital" ou "HSF") foi incorporada pela Operadora. A proposta de incorporação é fruto de estudo feito pelo HSF em conjunto com a Operadora, com o objetivo de analisar o contexto econômico das sociedades envolvidas na operação e quais as alternativas para otimizar seus resultados, potencializar a sinergia existente entre ambas e consolidar suas posições no mercado hospitalar e de operação de planos de saúde.

Tendo em vista que a Operadora está sujeita aos termos da Resolução Normativa nº 270/11 e da Instrução Normativa da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE nº 49/12, editadas pela ANS, a incorporação foi aprovada por essa Agência.

Em 2 de março de 2016, na Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, foram aprovados os seguintes atos societários: (a) aquisição de cotas para manutenção em tesouraria: os sócios José Luiz de Almeida Pessini e Johann Eugen Kunzle cedem, onerosamente, ao Hospital, 10 cotas e 762 cotas, respectivamente, passando o Hospital a manter em tesouraria 772 cotas de capital social de sua emissão; (b) cessão de cotas mantidas em tesouraria: as cotistas do Hospital, SP3 Participações Ltda. e M2P Participações Ltda., adquirem as cotas em tesouraria - cada uma delas adquiriu 386 cotas; (c) aumento do capital social mediante capitalização de lucros acumulados: tendo em vista o disposto nos itens (a) e (b) e a capitalização de lucros acumulados relativos ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$127, o capital social do Hospital foi aumentado no mesmo valor - o capital social do Hospital passa a ser de R\$5.231, dividido em 261.543 cotas; (d) efetivação da incorporação do Hospital pela Operadora: a Operadora emitirá 261.543 novas cotas de capital social que serão atribuídas aos seus cotistas. A empresa BLB Auditores Independentes foi contratada como avaliadora do acervo patrimonial contábil do Hospital, com data-base 31 de dezembro de 2015, incorporado pela Operadora, a qual emitiu o referido laudo de avaliação; (e) responsabilidade por sucessão em razão da incorporação: a Operadora, incorporadora, passa a ser a sucessora universal do Hospital em todos os seus bens, direitos e obrigações; (f) alteração do contrato social da Operadora: tendo em vista os itens (a) a (e), o capital social da Operadora passa a ser de R\$27.442, dividido em 27.442.340 cotas; e (g) extinção do Hospital (matriz e filiais): a Operadora constitui, nessa mesma data, novas filiais para assumir todas as atividades exercidas por cada uma delas.

Na data da incorporação, o Hospital possuía capital social subscrito a integralizar de R\$5.231, dividido em 261.543 cotas, no valor unitário de R\$20,00, as quais estavam divididas da seguinte forma:

<u>Cotistas</u>	<u>Cotas</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>% do capital social</u>
Fundação Sinhá Junqueira	8	162	3,10%
Fundação Waldemar Barnsley Pessoa	3	54	1,04%
Manoel Santos Gabarra	3	58	1,11%
M2P Participações Ltda.	118	2.364	45,19%
Roberto Reynaldo Mele	6	122	2,33%
SP3 Participações Ltda.	119	2.370	45,31%
Outros minoritários	5	101	1,90%
Total	262	5.231	100,00%

Pela incorporação deliberada, e mencionada anteriormente, o acervo patrimonial líquido do Hospital, em 31 de dezembro de 2015, foi totalmente absorvido pela Operadora. Por força da incorporação, o capital social da Operadora foi aumentado em R\$5.231 por meio da emissão de 5.230.860 novas cotas no valor de R\$1 cada uma, subscritas e integralizadas pelos cotistas mediante a versão do acervo patrimonial do Hospital. Dessa forma, o capital social da Operadora passou a ser de R\$27.442, dividido em 27.442.340 cotas, no valor unitário de R\$1,00, as quais estão divididas da seguinte forma:

<u>Cotistas</u>	<u>Cotas</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>% do capital social</u>
André Junqueira Santos Pessoa	1	1	0,00%
Antônio Zilliotto Junior	7	7	0,03%
Carmem Leia de Souza	7	7	0,03%
Carolina Whately Mele	2	2	0,01%
Celso Junqueira Barros	2	2	0,01%
Clínica Cirúrgica Cardiotorácica CT Ltda.	2	2	0,01%
Daniela Whately Mele	2	2	0,01%
Ézio Edward Luchiari	2	2	0,01%
Fernanda Ferreira Musa	2	2	0,01%
Fundação Educandário Coronel Quito Junqueira	6	6	0,02%
Fundação Sinhá Junqueira	78	78	0,28%
Fundação Waldemar Barnsley Pessoa	26	26	0,09%
José Eduardo Brunaldi	2	2	0,01%
Manoel Santos Gabarra	28	28	0,10%
M2P Participações Ltda.	13.601	13.601	45,56%
Roberto Reynaldo Mele	58	58	0,21%
Sandra Barros da Rocha Picado	1	1	0,00%
SP3 Participações Ltda.	13.604	13.604	49,57%
Outros minoritários	11	11	4,00%
Total	27.442	27.442	100,00%

Dessa forma, o objeto social da Operadora, após a incorporação, está definido como: (a) administração, assessoria, implantação e comercialização de sistemas de planos privados de saúde individuais, familiares e coletivos, por meios de execução próprios ou mediante contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados e de reembolsos de despesas médicas, odontológicas, hospitalares e ambulatoriais feitos aos seus beneficiários; (b) prestação de serviços médico-hospitalares, por meio de estabelecimentos hospitalares, clínicas, prontos-socorros e outras organizações do mesmo gênero; (c) atendimento médico-ambulatorial; (d) organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação; (e) laboratório: compreendendo análises clínicas, anatomia patológica e citologia; (f) hemoterapia: compreendendo a coleta, fracionamento, sorologia, armazenamento, distribuição e transfusão de sangue; (g) oncologia: compreendendo a manipulação e a infusão, em regime ambulatorial e hospitalar, de quimioterápicos; (h) fisioterapia: em regime hospitalar e ambulatorial; (i) pronto atendimento; (j) atendimento ambulatorial; e (k) prestação de serviços de natureza administrativa.

A incorporação societária teve o seguinte acervo contábil incorporado:

	Valor contábil em 31/12/2015
<u>ATIVO</u>	
ATIVO CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	1.299
Contas a receber	30.486
Estoques	6.397
Impostos e contribuições a recuperar	736
Adiantamentos	496
Outros ativos	607
Total do ativo circulante	<u>40.021</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
Realizável a longo prazo	1.775
Imobilizado	12.455
Intangível	867
Total do ativo não circulante	<u>15.097</u>
Ajustes de preço de mercado	-
TOTAL DO ATIVO	<u>55.118</u>
<u>PASSIVO</u>	
PASSIVO CIRCULANTE	
Empréstimos e financiamentos	4.767
Fornecedores	14.466
Obrigações sociais	5.151
Obrigações fiscais	3.274
Provisão para férias e encargos	6.367
Outras contas a pagar	4.590
Total do passivo circulante	<u>38.615</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Empréstimos e financiamentos	2.729
Provisão para contingências	1.451
Total do passivo não circulante	<u>4.180</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>42.795</u>
ACERVO LIQUIDO INCORPORADO	12.323

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, determinação do valor justo de ativos e passivos, provisão para redução ao valor recuperável de créditos ("impairment"), imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisão para ações judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Operadora em curso normal.

2.1.1. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS.

A Resolução Normativa nº 290/12 determinou que a escrituração das operações do mercado de saúde deve obedecer, no que não contrariar os dispositivos dessa Resolução, às normas estabelecidas pela Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto os pronunciamentos técnicos CPC 11 - Contratos de Seguro, CPC 35 - Demonstrações Separadas e CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Operadora, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Operadora

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB", a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de aprovação pela ANS; dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Operadora nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Operadora ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

- Modificações à IAS 12 - Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Perdas Não Realizadas. ⁽¹⁾
- Modificações à IAS 7 - Iniciativa de divulgação. ⁽¹⁾
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Revisão em 2014: contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; e (c) contabilização geral de "hedge". ⁽²⁾

- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes: estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização de receitas resultantes de contratos com clientes. ⁽²⁾
- IFRS 16 - "Leasing": essa norma requer um único modelo de contabilização de "lease", em que todos os contratos são reconhecidos nos balanços das arrendatárias (ativo pelo direito de uso e passivo pela obrigação financeira); dessa forma, não se faz necessária a análise das características do contrato para classificação entre financeiro ou operacional. ⁽³⁾

(1) Em vigor para períodos contábeis anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(2) Em vigor para períodos contábeis anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(3) Em vigor para períodos contábeis anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

2.4. Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os depósitos bancários, registrados no disponível, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, registrados em aplicações financeiras.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração da Operadora determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Essa categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado na data inicial de sua aquisição.

A Operadora classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. Os ativos dessa categoria são, em geral, classificados como ativos circulantes.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Operadora não detinha instrumentos financeiros derivativos e não identificou derivativos embutidos em seus contratos de seguros.

ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Operadora compreendem créditos de operações com planos de assistência à saúde e títulos e créditos a receber. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representados pelos valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde.

Provisão para perdas sobre créditos

Constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 60 dias, nos casos de operações com planos individuais, e há mais de 90 dias para os demais planos. A provisão é constituída incluindo todas as parcelas a vencer desses contratos, quando consideradas não realizáveis pela Administração da Operadora.

Determinação de valor justo de ativos e passivos financeiros

Classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

A Operadora não possui ativos classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde, contraprestação pecuniária a receber e bens e títulos a receber. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando, quando aplicável, o método da taxa de juros efetiva.

c) Investimento em controlada

O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base no balanço levantado pela controlada na mesma data-base das informações financeiras da Sociedade.

d) Imobilizado

Demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente no resultado. As depreciações são calculadas considerando-se os anos como vida útil-econômica estimada dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, em cada exercício.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

e) Intangível

É mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

f) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, em especial o imobilizado, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido dos ativos excede seu valor recuperável é constituída provisão para ajustar o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável. Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões sobre ativos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pela ANS, como segue:

- Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), determinada pela Resolução Normativa nº 393/15: é calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- Provisão de eventos a liquidar (PEL): é representada pelos valores relativos à prestação de serviços médicos pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas em atendimento aos usuários dos serviços de saúde. A provisão é constituída com base nas indenizações a pagar apuradas, por ocasião do recebimento do aviso do evento, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.

h) Provisão para ações judiciais

Reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Operadora espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

A provisão para ações judiciais, se necessária, é registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Operadora e por seus assessores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, as quais, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente pela taxa Selic. Os depósitos judiciais e fiscais são apresentados no ativo não circulante e são atualizados monetariamente.

i) Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de custo, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização (ativos), e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos). Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária são atualizados até o fim de cada exercício, assim como os ativos e passivos contratados em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidos para reais (R\$) às taxas de câmbio em vigor naquela data. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. Quando necessário, é constituída provisão em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

j) Imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e da contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustada na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% o que exceder a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

Diferidos

Constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, quando aplicável, e registrados no ativo não circulante, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

k) Reconhecimento das receitas operacionais

De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 314, de 23 de novembro de 2012, a receita operacional é reconhecida no período de cobertura do risco incorrido ("pro rata dia"). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura, seu valor é registrado na rubrica "Provisão de prêmios não ganhos", no passivo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência médica são contabilizadas pelo regime de competência.

l) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com operação da rede própria de atendimento médico são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são contabilizados com base nas notificações comunicadas à Operadora de acordo com a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

2.5. Demonstrações financeiras consolidadas

A Operadora não apresentou as demonstrações financeiras consolidadas por entender que os respectivos saldos contábeis, considerando as linhas das demonstrações financeiras as quais seriam agregadas no processo de consolidação, bem como seus impactos nas notas explicativas, são totalmente irrelevantes em relação às suas demonstrações financeiras individuais, não distorcendo em nenhum aspecto, portanto, a análise dessas demonstrações financeiras ora apresentadas pelo leitor.

A seguir, destaca-se um resumo das demonstrações financeiras da controlada integral GSF Administração de Bens Próprios Ltda., para fins de análise com relação à sua relevância no conjunto de demonstrações financeiras da Operadora:

	<u>31/12/2016</u>
Ativo:	
Ativo circulante	1.350
Ativo não circulante	<u>9.336</u>
Total do ativo	<u><u>10.686</u></u>
Passivo:	
Passivo circulante	169
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>10.517</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>10.686</u></u>
Resultado do período de dois meses findo em 31 de dezembro de 2016	
Receita operacional líquida	1.325
Impostos fiscal diferido	<u>144</u>
Lucro do período	<u><u>1.181</u></u>

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Vinculadas às provisões técnicas:		
Fundo de investimento dedicado ao setor de saúde complementar - ANS RF (*)	54.203	43.799
Não vinculadas às provisões técnicas:		
Cotas de fundos de investimentos	<u>33.777</u>	<u>21.401</u>
Total	<u>87.980</u>	<u>65.200</u>

(*) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas nos termos da Resolução Normativa ANS nº 392/15. A vinculação foi realizada em fundo de investimento dedicado à saúde complementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras. Sua utilização imediata necessita de simples autorização da ANS à instituição financeira.

Aplicações na modalidade fundos de investimento, mantidas com instituições bancárias, as quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o "rating" divulgado pelas agências de risco, apresentam liquidez imediata e insignificante risco de valor, sendo, portanto, classificadas como caixa e equivalentes de caixa. Estão representadas por cotas de fundos de investimento compostos principalmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB e outras operações compromissadas sem prazo de resgate e com liquidez imediata, remuneradas à taxa média de 101% a 104,01% em 31 de dezembro de 2016 (de 100% a 104,3% em 2015) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O aumento dessas aplicações está atrelado ao aumento do faturamento da Operadora, bem como ao aumento do número de vidas de beneficiários dos planos de saúde (172.240 novas vidas).

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>31/12/2016</u>				<u>Total</u>
	<u>Vencidas</u>				
	<u>A</u> <u>vencer</u>	<u>Até</u> <u>30 dias</u>	<u>De 31</u> <u>a 90 dias</u>	<u>Acima</u> <u>de 90 dias</u>	
Contraprestação pecuniária a receber	79.507	12.940	8.301	32.985	133.733
Provisão para perdas sobre créditos					<u>(32.159)</u>
Total líquido					<u>101.574</u>
	<u>31/12/2015</u>				<u>Total</u>
	<u>Vencidas</u>				
	<u>A</u> <u>vencer</u>	<u>Até</u> <u>30 dias</u>	<u>De 31</u> <u>a 90 dias</u>	<u>Acima</u> <u>de 90 dias</u>	
Contraprestação pecuniária a receber	50.670	7.276	5.564	24.475	87.985
Provisão para perdas sobre créditos					<u>(23.750)</u>
Total líquido					<u>64.235</u>

O aumento dos créditos de operações com planos de assistência à saúde é decorrente do aumento no número de vidas (beneficiários) relacionado a novas carteiras adquiridas pela Operadora em 2016: carteira de beneficiários de planos privados de assistência à saúde, individuais e coletivos, da Fundação Waldemar Barnsley Pessoa (61.563 novas vidas), carteira de planos ou produtos privados de assistência à saúde da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme (12.633 novas vidas), carteira de beneficiários de planos privados de assistência à saúde, individuais e coletivos, da Medporto Assistência Médica Ltda. (4.742 novas vidas) e carteira de planos privados de assistência à saúde, individuais e coletivos, da Santa Casa de Misericórdia de Barretos (28.299 novas vidas).

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos

Saldo em 31 de dezembro de 2014	(25.109)
Adições (despesas no exercício)	(3.493)
Reversão/baixas	<u>4.852</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(23.750)
Adições (despesas no exercício)	(12.448)
Reversão/baixas	<u>4.039</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(32.159)</u>

5. CRÉDITOS A RECEBER DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Serviços médico-hospitalares (a)	11.309	-
Serviços médico-hospitalares a faturar (b)	1.745	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.258)</u>	-
Total	<u>9.796</u>	-

(a) Refere-se a serviços médico-hospitalares prestados pela Operadora aos beneficiários dos planos de saúde a partir da incorporação do Hospital, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

(b) Refere-se a receitas provenientes da internação de pacientes no fim do exercício de 2016 que, por não terem tido alta ou não terem completado 30 dias de internação, não tiveram sua fatura emitida dentro desse período.

O saldo das contas a receber está distribuído por vencimento, conforme a seguir:

	<u>31/12/2016</u>
A vencer	5.053
Vencidos:	
Até 30 dias	1.291
De 31 a 60 dias	833
De 61 a 90 dias	96
De 91 a 180 dias	735
Acima de 180 dias	<u>3.301</u>
Total	<u>11.309</u>

Movimentação da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.258)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(3.258)</u>

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos tributários:		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	82	56
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	192	3
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.050	67
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	12	12
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	268	5
Retenções sociais	18	-
Despacho decisório (*)	367	-
(-) Provisão para perdas com créditos	(25)	-
Total	<u>1.964</u>	<u>143</u>

(*) Trata-se de créditos apurados de imposto de renda e contribuição social cujas compensações serão feitas nas próximas apurações por meio do programa Pedido Eletrônico de Ressarcimento ou Restituição e Declaração de Compensação - PER/DComp.

7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Estoque de materiais de medicamentos (a)	5.749	-
Estoque de almoxarifado	1.610	900
Cheques devolvidos e pré-datados	1.295	214
Centro de Serviços Compartilhados	377	-
Adiantamentos a funcionários	566	333
Adiantamentos a prestadores (b)	2.554	2.200
Despesas antecipadas	176	270
Provisão para obsolescência nos estoques (c)	(298)	-
Provisão para perdas sobre créditos	(1.181)	(205)
Total	<u>10.848</u>	<u>3.712</u>

(a) Após a incorporação do Hospital, mencionada na nota explicativa nº 1, o estoque da Operadora passou a ser composto, em sua maioria, por materiais e medicamentos. Esses materiais e medicamentos ficam armazenados nos seguintes depósitos: farmácia do centro cirúrgico, farmácia de oncologia, farmácia do Centro de Tratamento Intensivo - CTI, farmácia do Hospital-Dia, almoxarifado central localizado dentro do Hospital, laboratório central e Hospital Neto Campello.

(b) Os adiantamentos são feitos às casas de saúde e hospitais, que cedem parte de seu espaço para a atuação da Operadora.

(c) A provisão para obsolescência nos estoques refere-se aos itens de baixa movimentação. A Operadora não possui estoques dados em garantia.

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos

Saldo em 31 de dezembro de 2014	(140)
Complemento de provisão para perdas sobre créditos	<u>(65)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(205)
Complemento de provisão para perdas sobre créditos	(976)
Constituição de provisão para obsolescência nos estoques	<u>(298)</u>
Total em 31 de dezembro de 2016	<u>(1.479)</u>
Dividido em:	
Provisão para obsolescência nos estoques	(298)
Provisão para perdas sobre créditos	(1.181)

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

Em 28 de outubro de 2016, as sócias da Operadora, M2P Participações Ltda. e SP3 Participações Ltda., foram parcialmente cindidas, sendo a incorporação das parcelas cindidas feita pela GSFRP Participações S.A. Dessa forma, as sócias da Operadora cederam e transferiram, por sucessão, a totalidade de suas cotas no capital social da Operadora à GSFRP Participações S.A. Na mesma data, foi aprovado um aumento de capital da Operadora de R\$64.109, mediante a emissão de 64.109.008 novas cotas, as quais foram totalmente subscritas pela GSFRP Participações S.A. e foram integralizadas da seguinte forma: (a) 54.773.198 cotas em 28 de outubro de 2016; e (b) 9.335.810 em 31 de outubro de 2016, mediante a entrega de cotas de emissão da GSF Administração de Bens Próprios Ltda., avaliada ao custo histórico nos termos do laudo de avaliação aprovado na reunião de sócios da Operadora.

Participação total no capital social - %	100
Capital social	9.336
Quantidade de cotas detidas - mil	9.336
Patrimônio líquido	10.517
Lucro líquido do período	1.181
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Aquisição de cotas de investimento	9.336
Resultado de equivalência patrimonial	<u>1.181</u>
Total em 31 de dezembro de 2016	<u>10.517</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Operadora possui depósitos judiciais como garantia às ações judiciais das quais participa, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cível (a)	3.223	1.763
Trabalhista	85	61
Tributária (b)	<u>2.825</u>	<u>2.587</u>
Total	<u>6.133</u>	<u>4.411</u>

- (a) Os depósitos de natureza cível correspondem a processos judiciais movidos por beneficiários que pleiteiam continuidade do atendimento, suposto erro médico ou insatisfação quanto ao serviço prestado, coberturas extensivas, ressarcimento de despesas hospitalares e outras comuns às operadoras de saúde.
- (b) A Operadora, em conjunto com outras empresas do setor, iniciou ação judicial requerendo liminar para indeferimento da obrigação referente à contribuição patronal (20%) ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS sobre o valor de serviços prestados por profissionais autônomos conveniados da Operadora. Nesse contexto de discussão, a Operadora registrou a obrigação legal no montante de R\$1.960 em 31 de dezembro de 2014 e realizou o depósito judicial no mesmo montante. Os montantes em 31 de dezembro de 2016 (R\$2.825) e 2015 (R\$2.587) estão atualizados monetariamente.

Vide comentários sobre ações judiciais movidas contra a Operadora na nota explicativa nº 18.

10. IMOBILIZADO

<u>Custo</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Instalações</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Veículos</u>	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Imobilizado em andamento</u> (i)	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	450	1.372	98	748	2.060	269	5.267	153	10.417
Aquisições	800	-	161	144	921	379	-	-	5.062	7.467
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	3.172	(3.172)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	800	450	1.533	242	1.669	2.439	269	8.439	2.043	17.884
Aquisições	660	-	808	180	1.515	1.329	104	-	6.755	11.351
Saldos incorporados do HSF (ii)	355	527	4.355	1.215	16.653	5.751	434	4.118	711	34.119
Baixas	(205)	(754)	(1.049)	(250)	(2.521)	(98)	(126)	(653)	(616)	(6.272)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	4.283	(4.283)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.610</u>	<u>223</u>	<u>5.647</u>	<u>1.387</u>	<u>17.316</u>	<u>9.421</u>	<u>681</u>	<u>16.187</u>	<u>4.610</u>	<u>57.082</u>
<u>Depreciação</u>										
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(7)	(464)	(20)	(275)	(1.445)	(205)	(3.063)	-	(5.479)
Depreciação do exercício	-	(18)	(141)	(18)	(112)	(247)	(21)	(1.265)	-	(1.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(25)	(605)	(38)	(387)	(1.692)	(226)	(4.328)	-	(7.301)
Depreciação do exercício	-	(15)	(292)	(122)	(872)	(549)	(68)	(1.933)	-	(3.851)
Saldos incorporados do HSF (ii)	-	(150)	(3.423)	(613)	(11.129)	(4.503)	(314)	(1.532)	-	(21.664)
Baixas	-	98	1.018	117	2.698	164	136	-	-	4.231
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>(92)</u>	<u>(3.302)</u>	<u>(656)</u>	<u>(9.690)</u>	<u>(6.580)</u>	<u>(472)</u>	<u>(7.793)</u>	<u>-</u>	<u>(28.585)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2015	800	425	928	204	1.282	747	43	4.111	2.043	10.583
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	1.610	131	2.345	731	7.626	2.841	209	8.394	4.610	28.497
Taxas médias anuais de depreciação	-	4%	10%	10%	10%	20%	20%	20%	-	-

(i) Em 31 de dezembro de 2016, a transferência do saldo de R\$4.283 de imobilizações em curso para benfeitorias em imóveis de terceiros corresponde à conclusão das obras administrativas (prédio da Tecnologia da Informação - TI), bem como das clínicas de especialidades nas cidades de Quirinópolis, Campinas, Ibaté e Campo Grande. Também foram concluídas as obras na cidade de Araraquara (CAON, Santa Casa de Misericórdia e Shopping Lupo). Em 2015, a transferência do saldo de R\$3.172 de imobilizações em curso para benfeitorias em imóveis de terceiros refere-se à conclusão das obras referentes às clínicas de especialidades, nas cidades de Pitangueiras, Descalvado, Orlandia, Guariba, Américo Brasiliense, Pirassununga, Serrana, Valparaíso e Promissão (R\$1.926), à unidade comercial e à unidade de pronto atendimento na cidade de Araraquara (R\$1.246).

(ii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Operadora adquiriu o HSF, e o saldo líquido de seus ativos (imobilizado e intangível) foi incorporado aos ativos da Operadora.

As adições, líquidas das transferências, ocorridas durante o ano de 2016, no valor de R\$1.220, referem-se a: (a) unidades de pronto atendimento de Barretos e Jaboticabal: adição de, aproximadamente, R\$370 (terão como atividade principal as análises clínicas); (b) clínicas de Porto Ferreira, São José do Rio Preto, Leme e Pradópolis: adição de, aproximadamente, R\$287 (terão como atividade principal o atendimento ao cliente – clínicas de especialidades); (c) obras de ampliação da farmácia central do Hospital e do laboratório central: adição de, aproximadamente, R\$348; e (d) Projeto Mobile: adição de R\$216 (o “aplicativo Mobile” foi desenvolvido pelo Departamento de TI da Operadora e corresponde ao agendamento de consulta pelos beneficiários. O projeto foi finalizado em outubro de 2016 e transferido para o intangível. Em 31 de dezembro de 2015, as adições ocorridas, no valor de R\$1.890, referiam-se às novas obras em Araraquara, Quirinópolis e Penápolis (R\$1.671), e à aquisição do “aplicativo Mobile” (R\$219). As obras são designadas como: (a) Santa Casa de Misericórdia Araraquara: adição de, aproximadamente, R\$1.500 (terá como atividade principal o atendimento aos pacientes conveniados); e (b) clínica de Penápolis e Quirinópolis: adição de, aproximadamente, R\$171 (terá como atividade o atendimento ao cliente - clínica de especialidades). O total das adições no exercício referentes ao “aplicativo Mobile” foi de R\$219. Esse aplicativo terá como principal atividade o agendamento de consultas pelos beneficiários, por meio do telefone celular, e consulta aos médicos conveniados.

A Operadora monitora o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável destes. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Administração da Operadora não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Anualmente, a Operadora analisa as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado. Em 2016, houve revisão das referidas taxas sem a necessidade de sua alteração em relação a 2015.

11. INTANGÍVEL

<u>Custo</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Software</u>	<u>Aquisição de carteira de beneficiários</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4	481	17.164	17.649
Aquisições	-	98	2.226	2.324
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4	579	19.390	19.973
Aquisições	-	3.682	10.900	14.582
Saldos incorporados do HSF (*)	-	2.017	-	2.017
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>4</u>	<u>6.278</u>	<u>30.290</u>	<u>36.572</u>
<u>Amortização</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(217)	(5.454)	(5.671)
Amortização do exercício	-	(97)	(1.851)	(1.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(314)	(7.305)	(7.619)
Amortização do exercício	-	(844)	(2.618)	(3.462)
Saldos incorporados do HSF (*)	-	(1.150)	-	(1.150)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>(2.308)</u>	<u>(9.923)</u>	<u>(12.231)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2015	4	265	12.085	12.354
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	4	3.970	20.367	24.341
Taxas médias anuais de amortização	-	20%	10%	-

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Operadora adquiriu o HSF, e o saldo líquido de seus ativos (imobilizado e intangível) foi incorporado aos ativos da Operadora.

O valor de aquisições de carteira no total de R\$10.900 refere-se a:

	<u>Valor</u>
Fundação Waldemar Barnsley Pessoa - SP	4.000
Santa Casa de Misericórdia de Barretos – SP	3.600
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme – SP	2.900
Medporto Assistência Médica Ltda. – MS	<u>400</u>
Total	<u>10.900</u>

A Administração da Operadora estimou a vida útil-econômica das carteiras de clientes em dez anos com base na expectativa de obtenção de fluxos positivos e benefícios econômicos do ativo.

A Operadora monitora o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável destes. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Administração da Operadora não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Anualmente, a Operadora analisa as taxas de amortização dos itens do ativo intangível. Em 2016, houve revisão das referidas taxas sem a necessidade de sua alteração em relação a 2015.

12. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE

- a) A provisão de contraprestação não ganha (PCNG), no valor de R\$60.758 em 31 de dezembro de 2016 (R\$38.825 em 2015), é calculada “pro rata dia”, com base nos prêmios retidos, e tem por objetivo provisionar a parcela correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. O aumento da provisão está relacionado ao aumento no número de vidas de beneficiários dos planos de saúde, tendo em vista a aquisição de novas carteiras de clientes, conforme discriminado na nota explicativa nº 11.
- b) A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA), no valor de R\$28.128 em 31 de dezembro de 2016 (R\$31.196 em 2015), registrada no passivo circulante, está constituída com base na Resolução Normativa ANS nº 393/15, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial - NTA. É destinada para fazer frente aos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Operadora por falta de avisos. O valor apresentado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 corresponde ao valor integral da obrigação estimada.

De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 313, de 23 de novembro de 2012, a Operadora deve apresentar Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA, determinado pela multiplicação do capital mínimo e fator k definidos pela ANS. Em 31 de dezembro de 2016, o PMA da Operadora é de R\$267 (R\$245 em 2015), calculado conforme premissas demonstradas a seguir:

- a) Em atendimento ao artigo 3º da Resolução Normativa nº 274, de 24 de outubro de 2011, a ANS divulga, anualmente, os parâmetros para atualização do capital mínimo a ser considerado no cálculo do PMA pelas operadoras de planos de saúde. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor do capital mínimo divulgado pela ANS foi de R\$7.908 (R\$7.266 em 2015).
- b) De acordo com o artigo 3º da Resolução Normativa nº 160, de 3 de julho de 2007, a ANS divulga o fator k na Tabela do Anexo I da referida Resolução. Para operadoras no segmento “medicina de grupo/filantropia - SSP e SSP/SUS”, pertencentes à região de comercialização 5, como é o caso da Operadora, o fator “k” determinado é de 3,37%.

A Operadora é requerida a atender aos índices determinados pela ANS para margem de solvência. Em 31 de dezembro de 2016, o PMA da Operadora calculado de acordo com os requerimentos da ANS era de R\$81.686 (R\$52.863 em 2015), e atende ao que é requerido pela norma:

	<u>31/12/2016</u>
Base de cálculo (a)	154.838
Percentual de parcelamento - margem de solvência (b)	<u>55,76%</u>
Total patrimônio líquido exigido	<u>86.338</u>
Patrimônio líquido da Operadora	68.890
Resultado líquido do exercício	29.091
Adições e deduções por efeito econômico (c)	<u>(17.294)</u>
Margem de solvência (d)	<u>81.686</u>

- (a) A base de cálculo para a margem de solvência é definida por meio do resultado entre o total das contraprestações líquidas (receitas) dos últimos 12 meses em contrapartida ao total dos eventos líquidos (custos) dos últimos 36 meses. A ANS determina que deverá ser considerado o maior valor entre as receitas e os custos, multiplicado pelos valores correspondentes, sendo 20% para as receitas e 33% para os custos.
- (b) A Operadora deve apresentar margem de solvência conforme determinado no Anexo VIII da Resolução Normativa ANS nº 209/09, que apresenta a definição sobre a forma como deverá ser observado o parcelamento da margem de solvência das operadoras por segmento. Em 31 de dezembro de 2015, a Operadora está incluída no seguimento terciário, que se refere a operadoras que iniciaram suas operações antes de 19 de julho de 2001, cujo percentual de parcelamento de margem de solvência aplicável é de 41%.
- (c) De acordo com a Instrução Normativa ANS nº 50, de 23 de novembro de 2012, devem ser consideradas no cálculo do PMA as adições e deduções por efeitos econômicos. As adições correspondem às obrigações legais classificadas no passivo não circulante, excluída a parcela do ativo referente à transferência da responsabilidade de pagamento das obrigações legais, ocorridas nos termos do artigo 4º da Instrução Normativa DIOPE nº 20/08. As deduções correspondem ao ativo circulante intangível, exceto o montante referente a gastos com aquisição de carteiras de plano de assistência à saúde e com programas de promoção à saúde e prevenção de riscos e doenças, aprovados nos termos da Instrução Normativa Conjunta DIOPE e Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO (DIOPE/DIPRO) nº 01/08.
- (d) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, surgiram muitas oportunidades de aquisição de novas carteiras, em decorrência dos ajustes econômicos nesse mercado. Nesse cenário, a Operadora destinou volume substancial de seus recursos para aquisição de novas carteiras, o que temporariamente implicou o não atendimento do índice de margem de solvência ajustada requerido pela ANS. No trimestre subsequente, contudo, a situação foi ajustada por meio de aporte de recursos dos cotistas.
- (e) Os ativos garantidores das provisões técnicas de operações de assistência de saúde correspondem às aplicações financeiras que atendem aos critérios estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 392, de 9 de dezembro de 2015, as quais estão lastreadas nos segmentos de rendas mencionadas como "vinculadas" e detalhadas na nota explicativa nº 3.

13. PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prestador de serviços - pessoa física	882	1.571
Prestador de serviços - pessoa jurídica	<u>18.776</u>	<u>8.199</u>
Total	<u>19.658</u>	<u>9.770</u>

Representam valores relativos à prestação de serviços médicos prestados por terceiros em nome da Operadora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.

O aumento da provisão está relacionado com o aumento do número de vidas dos beneficiários dos planos de saúde da Operadora, tendo em vista as novas carteiras de clientes adquiridas, conforme discriminado na nota explicativa nº 11.

14. PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA O SUS

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Provisão de ressarcimento ao SUS (*)	13.283	2.219	6.887	1.056
Débitos parcelados	-	1.981	-	228
Total	<u>13.283</u>	<u>4.200</u>	<u>6.887</u>	<u>1.284</u>

(*) Conforme a Instrução Normativa Conjunta DIOPE e Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES (DIOPE/DIDES) nº 05, de 30 de setembro de 2011, a Operadora passou a registrar mensalmente o valor de ressarcimento ao SUS de acordo com as informações disponibilizadas pela ANS por meio de sua página na Internet, com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados - ABI, considerando o percentual histórico de cobrança somado ao montante total cobrado nas Guias de Recolhimento da União - GRU e ao saldo de parcelamento aprovado pela ANS.

A provisão de eventos a liquidar para o SUS registrados como passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 tem seus vencimentos conforme a seguir:

2018	575
2019	768
A partir de 2020	876
Total	<u>2.219</u>

15. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto Sobre Serviços - ISS	902	303
IRPJ	-	804
CSLL	56	441
INSS	2.268	457
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	687	173
PIS/COFINS	1.621	351
Contribuição sindical	14	6
IRRF	1.639	747
INSS retido de terceiros	303	184
ISS retido de terceiros	55	5
PIS, COFINS e CSLL retidos de terceiros	1.149	589
Total	<u>8.694</u>	<u>4.060</u>

16. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores de serviços (c)	5.548	1.797
Aquisição de carteira de clientes (a)	2.536	331
Outros fornecedores (c)	14.297	1.071
Obrigações com pessoal (d)	14.448	2.962
Outros	3.382	540
Multa de infração - ANS (b)	274	364
Total	<u>40.485</u>	<u>7.065</u>
Passivo circulante	38.581	6.488
Passivo não circulante	1.904	577
Total	<u>40.485</u>	<u>7.065</u>

- (a) Durante o ano de 2016, a Operadora realizou a compra de novas carteiras de clientes de diferentes operadoras de saúde, registradas na rubrica "Intangível". A aprovação para essas compras foi devidamente registrada e aprovada pela ANS.
- (b) Em 28 de agosto de 2014, a Operadora aderiu ao parcelamento de multas administrativas aplicadas pela ANS, no montante inicial de R\$480, a ser pago em 65 parcelas mensais. O saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$274, sendo R\$91 no passivo circulante e R\$183 no passivo não circulante.
- (c) Tendo em vista a incorporação dos saldos do Hospital, houve significativa variação quanto aos saldos apresentados como "Fornecedores de serviços" e "Outros fornecedores". Esse aumento está atrelado à aquisição de materiais e medicamentos para a prestação de serviços e reformas em algumas de suas unidades de atendimento, em especial as unidades de cuidados especiais e unidades coronarianas.
- (d) O aumento nas despesas com pessoal corresponde à incorporação do Hospital, mencionada na nota explicativa nº 1. Com a incorporação, a Operadora passou a integrar em sua folha de pagamentos as obrigações dos 1.883 funcionários que, antes, compunham a folha de pagamentos do Hospital.

A provisão de débitos diversos registrada como passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 tem seus vencimentos conforme a seguir:

2018	115
2019	133
A partir de 2020	<u>1.656</u>
Total	<u>1.904</u>

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos mantidos em 31 de dezembro de 2016 estão representados por:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Banco Santander	Taxa prefixada de 10,56%	Maio de 2016	-	1.268
Capital de giro (a)	12,28%	Novembro de 2018	1.721	-
"Leasing" (b)	13,89% a 22,84%	Setembro de 2018	870	-
BNDES (b)	7% a 9% + TJLP	Dezembro de 2018	824	-
Total			<u>3.415</u>	<u>1.268</u>
Passivo circulante			1.850	1.268
Passivo não circulante			<u>1.565</u>	-
Total			<u>3.415</u>	<u>1.268</u>

- (a) Refere-se a dois contratos de empréstimos bancários firmados com o Banco Itaú-Unibanco S.A: (i) o primeiro contratado em julho de 2012, no montante de R\$12.000, a ser pago em 48 prestações mensais; e (ii) o segundo contratado em dezembro de 2014, no montante de R\$2.500, a ser pago em 48 prestações mensais. Ambos os contratos estão garantidos por aval dos sócios-cotistas da Operadora.
- (b) Referem-se a operações de "leasing" mercantil financeiro, contratadas com diversas instituições financeiras, cuja finalidade é a aquisição, em sua maioria, de equipamentos hospitalares. Os contratos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES têm como objetivo financiar a modernização das instalações da Operadora. Os contratos de empréstimos estão garantidos por aval dos sócios-cotistas da Operadora.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os contratos de empréstimos e financiamentos da Operadora não apresentam cláusulas financeiras restritivas ("covenants").

Os empréstimos e financiamentos registrados como passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 têm seus vencimentos conforme a seguir:

2018	1.494
2019	<u>71</u>
Total	<u>1.565</u>

18. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2016, a Operadora constituiu provisão para ações judiciais relacionadas a riscos cíveis, trabalhistas e fiscais como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis (a)	949	377	-	-	1.326	2.135	-	-	3.461
Trabalhistas (b)	306	-	(16)	-	290	1.350	-	(3)	1.637
Fiscais (c)	<u>1.960</u>	-	-	<u>627</u>	<u>2.587</u>	-	<u>238</u>	-	<u>2.825</u>
Total	<u>3.215</u>	<u>377</u>	<u>(16)</u>	<u>627</u>	<u>4.203</u>	<u>3.485</u>	<u>238</u>	<u>(3)</u>	<u>7.923</u>

(i) Provisões cíveis

A Operadora está discutindo diversas ações de natureza cível na esfera judicial, movidas por beneficiários que pleiteiam continuidade de atendimento, coberturas extensivas, ressarcimento de despesas hospitalares e outras comuns às operadoras de saúde, para as quais não foram exigidos depósitos garantidores.

A Operadora é parte em processos cíveis, de mesma natureza, no montante de R\$7.410 em 31 de dezembro de 2016 (R\$4.339 em 2015), cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos da Operadora.

(ii) Provisões trabalhistas

A Operadora está discutindo na justiça ações de natureza trabalhista, relacionadas substancialmente ao pleiteio pelo reconhecimento de vínculo empregatício, horas extras, férias, 13º salário, verbas rescisórias e intervalo intrajornada, para as quais não foram exigidos depósitos garantidores. O risco de perda dessas ações foi avaliado como provável pelos assessores jurídicos da Operadora.

A Operadora é parte em processos trabalhistas, de mesma natureza, no montante de R\$10.707 em 31 de dezembro de 2016 (R\$2.885 em 2015), cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos da Operadora.

(iii) Provisões fiscais

Referem-se à contribuição patronal (20%) ao INSS sobre o valor de serviços prestados por profissionais autônomos conveniados da Operadora, instituída pelo artigo 22, inciso III, da Lei nº 8.212/91. A Operadora, em conjunto com outras empresas do setor, iniciou ação judicial requerendo liminar para indeferimento dessa obrigação. Nesse contexto de discussão, a Operadora registrou a obrigação legal no montante de R\$1.960 em 31 de dezembro de 2014 e realizou o depósito judicial, no mesmo montante. Os montantes em 31 de dezembro de 2016 (R\$2.825) e 2015 (R\$2.587) estão atualizados monetariamente.

De acordo com a legislação vigente, os registros fiscais da Operadora estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Operadora mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas contratualmente. As transações realizadas nos exercícios findos 31 de dezembro de 2016 e de 2015, bem como os saldos existentes naquelas datas, são como segue:

	31/12/2016								31/12/2015		
	Hospital São Francisco Sociedade Empresária Ltda.	São Francisco Saúde Ocupacional Ltda.	São Francisco Odontologia Ltda.	Fundação Waldemar Barnsley Pessoa	Fundação Maternidade Sinhá Junqueira	São Francisco Resgate Ltda.	SOMMA	Documenta Clínica Radiológica Ltda.	SP3 Participações Ltda. e M2P Participações Ltda.	Total	Total
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)		
Transações:											
Receitas com prestação de serviços	2.491	35	986	73	692	512	71	443	-	5.303	5.603
Despesas	(124.209)	(788)	(6.369)	(1.700)	(31.895)	(2.166)	(2.912)	(25.843)	-	(195.882)	(150.627)
Total das transações	<u>(121.718)</u>	<u>(753)</u>	<u>(5.383)</u>	<u>(1.627)</u>	<u>(31.203)</u>	<u>(1.654)</u>	<u>(2.841)</u>	<u>(25.400)</u>	<u>-</u>	<u>(190.579)</u>	<u>(145.024)</u>
	31/12/2016								31/12/2015		
Saldo de:											
Contraprestação pecuniária a receber	-	12	220	-	62	44	7	53	-	397	1.080
Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde	(1)	-	(690)	-	(2.528)	-	(286)	(2.593)	-	(6.098)	(10.999)
Débitos diversos	-	(21)	-	(868)	-	(167)	-	-	(4.676)	(5.731)	(541)
Adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(180)

- (a) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se ao reembolso dos serviços prestados no atendimento aos beneficiários pelo plano da Operadora e pelo Centro De Serviços Compartilhados.
- (b) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se à prestação de serviços médicos, exames admissionais, demissionais, periódicos e de auditoria concorrente da Operadora.
- (c) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se ao repasse de recursos para cobertura de assistência odontológica vendida em conjunto no contrato de assistência médica.
- (d) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos beneficiários da parte relacionada. As despesas referem-se ao reembolso dos serviços prestados no atendimento aos beneficiários do plano da Operadora e pagamento de aluguel pela utilização de sala no prédio do Centro de Serviços Compartilhados, na Avenida Portugal, 545 - Ribeirão Preto.
- (e) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se ao reembolso dos serviços prestados no atendimento aos beneficiários do plano da Operadora.
- (f) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se ao reembolso dos serviços prestados no atendimento aos beneficiários do plano da Operadora (remoção de pacientes).
- (g) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se ao fornecimento de materiais para procedimentos cirúrgicos.
- (h) As receitas relacionam-se à contrapartida de serviços médicos prestados aos funcionários da parte relacionada. As despesas referem-se ao reembolso dos serviços prestados no atendimento aos beneficiários do plano da Operadora.
- (i) O saldo de débitos diversos corresponde à distribuição de lucros para as partes relacionadas SP3 Participações Ltda. e M2P Participações Ltda. O montante de R\$1.751 corresponde aos saldos incorporados do HSF e refere-se à distribuição de lucros de anos anteriores (2010, 2012 e 2015) ainda não pagos. O montante de R\$1.632 corresponde à lucros a distribuir do exercício de 2016, e o montante de R\$1.292 corresponde à redução do capital social do HSF, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, em abril e outubro de 2010.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Operadora, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo. A Operadora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em participação societária.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não houve remuneração aos administradores da Operadora.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Operadora é composto por 91.551.348 cotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma (10.836 cotas em 2015 no valor nominal de R\$2,00 cada uma), totalmente subscrito e integralizado.

Em 28 de outubro de 2016, as sócias da Operadora, SP3 Participações Ltda. e M2P Participações Ltda., foram parcialmente cindidas, sendo a incorporação das parcelas cindidas feitas pela GSFRP Participações S.A. Dessa forma, as sócias da Operadora cederam e transferiram, por sucessão, a totalidade de suas cotas no capital social da Operadora à GSFRP Participações S.A.

Em 2 de março de 2016, os cotistas aprovaram o desdobramento das cotas do capital, de modo que cada unidade de cota, no valor de R\$2,00, passasse a ter o valor de R\$1,00. Dessa maneira, o capital social, nessa data, era composto por 21.671.536 cotas, no valor unitário de R\$1,00 cada uma. Nessa mesma data foi aprovado o aumento do capital social da Operadora, em espécie, no valor de R\$540, mediante a criação de 539.944 novas cotas, no valor de R\$1,00 cada uma. Dessa maneira, o capital social passou a ser composto por 22.211.480 cotas, no valor unitário de R\$1,00 cada uma.

Por força da incorporação do Hospital, conforme descrito na nota explicativa nº 1, o capital social da Operadora foi aumentado em R\$5.231 por meio da emissão de 5.230.860 novas cotas, no valor unitário de R\$1,00, subscritas e integralizadas pelos cotistas mediante a versão do acervo patrimonial do Hospital em prol da Operadora. Dessa maneira, o capital social passou a ser composto por 27.442.340 cotas no valor unitário de R\$1,00.

Por meio de Reunião dos Sócios, realizada em 28 de outubro de 2016, os cotistas aprovaram o aumento do capital social da Operadora para R\$91.552, um aumento, portanto, de R\$64.109, mediante a emissão de 64.109.008 novas cotas, as quais foram totalmente subscritas pela GSFRP Participações S.A. e integralizadas da seguinte forma: (i) 54.773.198 cotas em 28 de outubro de 2016, em moeda corrente nacional, no valor de R\$54.774; e (ii) 9.335.810 cotas em 31 de outubro de 2016, mediante a entrega de cotas de emissão da GSF Administração de Bens Próprios Ltda., avaliada nos termos do laudo de avaliação, no valor de R\$9.335.

Através da Alteração e Consolidação do Contrato Social realizada em 27 de novembro de 2015, os cotistas aprovaram o aumento de capital por meio de integralização em espécie. O aumento foi de R\$5.220, mediante a emissão de 2.580 novas cotas, passando o capital social a ser de R\$21.672.

b) Destinação do lucro

A destinação do lucro líquido do exercício é registrada contabilmente quando de sua deliberação pelos cotistas. A Operadora pode, a qualquer tempo, apurar balancetes intermediários e distribuir lucros. Os eventuais prejuízos são suportados pelos cotistas na proporção de suas participações no capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi aprovada a distribuição de lucros referentes aos lucros acumulados de exercícios anteriores foi de R\$41.319 e distribuição antecipada de lucros do exercício corrente no montante de R\$28.954.

21. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prestação de serviços médico-hospitalares - pessoas físicas (a)	223.857	148.141
Prestação de serviços médico-hospitalares - pessoas jurídicas (a)	746.529	356.352
Outras deduções das receitas (b)	(16.992)	(6.730)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	<u>(28.882)</u>	<u>(7.874)</u>
Total	<u>924.512</u>	<u>490.068</u>

(a) O aumento no faturamento da Operadora está atrelado ao aumento do número de vidas dos planos de assistência à saúde. Em 31 de dezembro de 2016, a Operadora possui 524.976 vidas (352.736 vidas em 2015).

(b) As outras deduções das receitas correspondem às contraprestações de corresponsabilidade transferida de assistência médico-hospitalar.

22. EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS

Conforme exigido pela ANS por meio da Resolução Normativa nº 344, de 20 de dezembro de 2013, a abertura do quadro de eventos odontológicos encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cobertura de assistência preestabelecida (individual ou familiar) antes da Lei nº 9.656/98	35.946	16.025
Cobertura de assistência preestabelecida (individual ou familiar) depois da Lei nº 9.656/98	122.152	86.457
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo por adesão) antes da Lei nº 9.656/98	31.425	2.337
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo por adesão) depois da Lei nº 9.656/98	86.256	44.877
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo empresarial) antes da Lei nº 9.656/98	4.474	2.887
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo empresarial) depois da Lei nº 9.656/98	426.937	211.721
Sistema Único de Saúde - SUS (outros)	9.679	2.742
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo por adesão) antes da Lei nº 9.656/98	1.152	1.049
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo por adesão) depois da Lei nº 9.656/98	1	-
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo empresarial) antes da Lei nº 9.656/98	4.656	2.812
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo empresarial) depois da Lei nº 9.656/98	<u>13.878</u>	<u>4.109</u>
Total	<u>736.556</u>	<u>375.016</u>

O aumento dos saldos em 2016, referem-se substancialmente aos custos relacionados aos honorários médicos e internações decorrentes da incorporação do Hospital na Operadora, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos hospitalares e assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do quarto trimestre de 2015 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º de novembro de 2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido.

Cobertura assistencial com preço preestabelecido - carteira de planos individuais ou familiares após a Lei nº 9.656/98

	2016					Total
	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	
Rede própria	469	57	19	7.968	-	8.513
Rede contratada	17.299	20.455	5.561	37.384	32.355	113.054
Reembolso	78	17	15	20	455	585
Total	17.846	20.528	5.594	45.374	32.810	122.152

	2015					Total
	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	
Rede contratada	11.872	15.077	4.246	34.376	20.814	86.385
Reembolso	60	4	5	3	-	72
Total	11.932	15.081	4.251	34.379	20.814	86.457

23. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO E ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Pessoal (a)	(40.546)	(21.449)
Serviços de terceiros (a)	(41.482)	(32.639)
Localização e funcionamento (a)	(20.427)	(12.532)
Propaganda e publicidade	(3.124)	(3.406)
Comissão	(6.419)	(5.789)
Depreciação e amortização	(10.887)	(3.608)
Diversas	(7.170)	(2.426)
Total	(130.055)	(81.849)
Classificadas como:		
Despesas de comercialização	(10.887)	(5.789)
Despesas administrativas	(119.168)	(76.060)
Total	(130.055)	(81.849)

- (a) O aumento considerável dessas despesas corresponde aos saldos incorporados do Hospital no resultado da Operadora, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Adicionalmente, essas despesas também estão em linha com o crescimento da Operadora.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	12.160	6.394
Receitas por recebimento em atraso	3.920	2.477
Outras receitas financeiras	520	341
Total	<u>16.600</u>	<u>9.212</u>
Despesas financeiras:		
Descontos concedidos	(4.026)	(5.481)
Empréstimos bancários	(997)	(289)
Despesas por pagamento em atraso	(632)	(85)
Total	<u>(5.655)</u>	<u>(5.855)</u>
Receitas financeiras	16.600	9.212
Despesas financeiras	<u>(5.655)</u>	<u>(5.855)</u>
Total	<u>10.945</u>	<u>3.357</u>

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sobre diferenças temporárias

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:		
Provisões judiciais	4.373	1.216
Provisão para perdas sobre créditos (*)	1.574	446
Ativo fiscal diferido	<u>5.947</u>	<u>1.662</u>

(*) A Operadora constituiu o imposto de renda e a contribuição social sobre a base integral de provisão para perdas sobre créditos e outras provisões, desconsiderando a parcela das provisões que atingiu os critérios fiscais para dedutibilidade e refletiu-se em benefício fiscal durante o exercício.

A Operadora, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas por seus cotistas, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Operadora.

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Operadora estima realizar imposto de renda e contribuição social diferidos até 2018.

- b) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro líquido do exercício é demonstrada como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IR	CS	IR	CS
Resultado do exercício antes dos tributos	60.007	60.007	18.196	18.196
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Créditos (tributos) às alíquotas nominais	(15.002)	(5.401)	(4.549)	(1.638)
Outras diferenças permanentes	(1.121)	(367)	(36)	(58)
Total de despesas com impostos sobre o lucro	<u>(16.123)</u>	<u>(5.768)</u>	<u>(4.585)</u>	<u>(1.696)</u>
Correntes	(18.178)	(6.508)	(4.155)	(1.542)
Diferidos	2.055	740	(430)	(155)
Total de despesas com impostos sobre o lucro	<u>(16.123)</u>	<u>(5.768)</u>	<u>(4.585)</u>	<u>(1.696)</u>

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DOS RISCOS

A Operadora mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, tem operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, comparativamente às taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Aplicações financeiras: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 3.
- Créditos de operações com planos de assistência à saúde: comentados e apresentados na nota explicativa nº 4.
- Contraprestação pecuniária a receber e tributos diversos de partes relacionadas: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 19.
- Outros valores a receber e outros passivos reconhecidos no ativo e passivo circulante e não circulante.

Mensuração de valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo no fim de cada exercício conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, com preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).

- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Operadora correspondem às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços. Os valores dos financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada ou prefixada, de acordo com a previsão contratual com a instituição financeira.

a) Gerenciamento de riscos

A Operadora opera exclusivamente com planos de assistência médica, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e pessoas físicas. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os de flutuação dos custos médicos, de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração.

b) Risco de mercado e concorrência

A Operadora trabalha com medicina de grupo e opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos de assistência médica com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde, autogestão e cooperativas de trabalho médico.

c) Risco de flutuação dos custos médico-hospitalares

Os contratos possuem prazo indeterminado com cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas por meio do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos 12 meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

d) Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade de a Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de assistência médica e hospitalares e é orientada com o objetivo de manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Por meio de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 2.4.

e) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco por meio do equacionamento do fluxo de compromissos e da manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários para suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

f) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras.

A Operadora adota a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDB), em sua maior parte de grande porte, com liquidez imediata, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas, incluindo a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a Resolução Normativa ANS nº 274/11 para a garantia das provisões técnicas.

O portfólio financeiro da Operadora está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico (CDI). Pelo fato de a Operadora não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, ela não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 3.

27. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Operadora possui cobertura de seguros, cuja descrição se encontra a seguir.

- Bens segurados: imóveis, benfeitorias, máquinas, equipamentos, mobiliários, utensílios e mercadorias.
- Riscos cobertos: incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, roubo de valores em trânsito fora do estabelecimento e roubo/furto de bens e mercadorias.
- Validade da apólice: 31 de março de 2017 (*).
- Valor de cobertura: limitado a R\$75.656.

(*) Está em processo de renovação com emissão da nova apólice prevista até 31 de março de 2017

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelos sócios-cotistas da Operadora em 30 de março de 2017.